

## Reunião no STF discute cooperação institucional para o combate ao crime organizado

O **Supremo Tribunal Federal** promoveu, nesta segunda-feira (10/11), uma reunião para discutir ações conjuntas de enfrentamento do crime organizado e estratégias de cooperação entre instituições. O encontro foi conduzido pelo vice-presidente da corte, ministro Alexandre de Moraes, e contou com a presença do procurador-geral da República, Paulo Gonet, dos 27 procuradores-gerais de Justiça dos estados e do Distrito Federal e do procurador-geral do Ministério Público Militar. A reunião foi convocada pelo ministro no âmbito da **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635**.

Alexandre destacou que o combate ao crime organizado exige planejamento, integração, uso de inteligência e maior eficiência da Justiça Criminal. Segundo ele, é necessário adotar medidas além do aumento de penas, como o fortalecimento do controle do Estado sobre o sistema penitenciário e o combate às fontes financeiras das organizações criminosas.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), foi convidado por Alexandre e participou de parte da reunião. Ele disse que a segurança pública é uma das principais pautas do Parlamento e defendeu que o Marco do Crime Organizado (Projeto de Lei 5.582/2025) receba prioridade no debate legislativo. Para Motta, a modernização das leis e a atuação conjunta com o Judiciário e o Ministério Público são essenciais para oferecer respostas mais efetivas à sociedade.

Paulo Gonet ressaltou que o Conselho Nacional do Ministério Público estabeleceu o combate às organizações criminosas como meta prioritária. Ele defendeu maior integração entre os Ministérios Públicos estaduais e federal, com o uso de tecnologia e o compartilhamento de informações para tornar a atuação mais coordenada e eficiente.

Um dos pontos destacados por Alexandre foi a importância de ampliar a proteção aos integrantes do Ministério Público que atuam em investigações sensíveis, como no caso do Rio de Janeiro, e de reforçar os mecanismos de cooperação institucional.

Na reunião, todos apresentaram contribuições e relataram experiências locais, em especial no combate ao crime organizado e no controle externo da atividade policial. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

### ADPF 635

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-nov-10/reuniao-no-stf-discute-cooperacao-institucional-para-o-combate-ao-crime-organizado/>

